

SERTÃO PLANALTINO NA PERSPECTIVA DOS LUGARES, NOMES E ACONTECIMENTOS EM UM TEMPO MARCADO PELA ESPERA DA NOVA CAPITAL.

HINTERLAND PLANALTINO THE PERSPECTIVE OF PLACES, NAMES AND EVENTS IN GOIÁS

Noé Freire Sandes¹

Endereço: Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História. Campus Samambaia II 74000-000 - Goiânia, GO - Brasil
Email: noe@historia.ufg.br

Luiz Ricardo Magalhães²

Endereço: Secretaria de Estado de Educação do DF, Secretaria de Estado de Educação do DF. QUADRA 607 NORTE ASA NORTE. CEP: 70000-000 - Brasília, DF - Brasil
Email: ricardom.nte@gmail.com

Resumo: A longa trajetória da interiorização da capital acompanha o deslocamento de paulistas e boiadeiros em torno de terras e águas de três municípios goianos, Formosa, Planaltina e Luziânia que futuramente foram incorporadas ao Distrito Federal. A mudança da capital para Brasília provocou a supressão da identidade de uma população que permanece à margem da moderna capital incrustada no sertão goiano. No presente artigo discutimos a relação entre a memória funcional e a memória cumulativa no processo de interiorização da capital no intuito de dar visibilidade a presença dos goianos nesse processo.

Abstract: The long trajectory of the interiorization of the capital of Brazil accompanies the displacement of paulistas and boiadeiros arounds lands and waters of three municipalities of Goiás Formosa, Planaltina and Lusiânia wich were later incorporated into the Federal District. The change of capital caused the suppression of the identity of population that remained on the margins of the modern capital incrustrated of the backlands of Goiás. In this article we discussed the relationship between functional memory and cumulative memory in the process of capital internalization in order to give visibility to the presence of population of Goiás in this process.

Palavras chaves: Sertão goiano, interiorização da capital, Planaltinos, Brasília.

Keywords: Hinterland, Sertão Planaltino, interiorização da capital, Brasília

1 - Pós-doutor pelo CPDOC/ FGV. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor titular da Universidade Federal de Goiás. Coordena o projeto de pesquisa "Entre a memória e a história: os exilados da velha república" financiada pelo CNPq.

2 - Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás. Professor do Governo do Distrito Federal. É autor dos livros Brasília: a Utopia do Centro e Sertão Planaltino: uma outra história de Brasília.

Planaltinos

Planaltina é o gentílico feminino que designa o habitante de uma região específica do interior do Brasil, o “Sertão Planaltino”, subcategoria da eco-história inscrita na antropologia do Planalto Central. Dentro de uma perspectiva culturalista, os diversos grupos humanos que ocuparam esta região elaboraram práticas e representações típicas de uma região de fronteira. Fronteira interna, é preciso dizer, e de integração entre dois fluxos de colonização portuguesa na América. Território incrustado no centro do Brasil foi por muito tempo representado como vazio tanto do ponto de vista demográfico, como econômico.

O objetivo desse artigo reside na discussão do processo de construção da memória do processo de interiorização da capital confrontando duas memórias: a primeira tem um caráter cumulativo e se vincula as ações da população goiana ao longo do século XIX em prol da construção da nova capital que para os goianos representaria uma clara possibilidade de redefinir a distância e o isolamento da região do litoral. No entanto, privilegamos a região de Planaltina, cuja vida rural foi fortemente afetada com a criação do Distrito Federal. Assim, a memória triunfante dos anos JK promoveu o esquecimento da atuação dos goianos nesse processo. A persistência da memória cumulativa apega-se aos rastros e indícios da ação dos goianos e planaltinos. A passagem de Varnhagen pelo Sertão Planaltino alterou o nome das ruas da cidade e a presença do barômetro, cuidadosamente guardado pelos dirigentes goianos por décadas, é um registro material dessa presença nesse empreendimento que assumiu um tom épico nos gestos grandiloquentes do presidente Juscelino Kubistchek que, embalado por uma memória funcional, demarcou o tempo do desenvolvimentismo, enquanto a memória cumulativa permaneceu à sombra, aguardando o momento para que o registro de suas ações ganhasse visibilidade e que a nova capital pudesse sentir na leveza de seus traços arquitetônicos a presença do chão e da cultura goiana. A partir da leitura de Assmann, nos afastamos da oposição entre memória e história em busca de uma percepção capaz de registrar o espaço habitado pelos planaltinos, enquanto memória cultural orientada a partir de pontos fixos no passado, mas que conservam sentido para a população que foi excluída das sonhadas vantagens oriundas do processo de transferência da nova capital. Recordar, portanto, implica repor sentido ao que foi vivido, o que também representa uma estratégia para exigir o reconhecimento da ação desses sujeitos sociais que demandam melhorias para suas regiões que foram descaracterizadas com a criação do Distrito Federal. Assim abandona-se a oposição binária entre memória e história, em prol de um sentido perspectivístico, pois a memória cumulativa não é o oposto da memória funcional e sim o seu pano de fundo.¹ A visão em perspectiva restitui sentido

¹ ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação. Formas e transformação da memória cultura. Campinas: Unicamp, 2011.

de orientação para os atores envolvidos no longo processo de interiorização a capital que alterou profundamente a vida social dos goianos.

Grosso modo, é possível afirmar que neste dado sertão, os vetores da penetração bandeirante paulista se entrecruzaram com as rotas traçadas pelos boiadeiros pernambucanos e baianos que, na função de campear o gado, devassaram os campos, caatingas e savanas lindeiros ao vale do grande Rio da Integração Nacional – o Velho Chico. Ocupação responsável, inclusive, pela abertura da famosa picada dos currais do São Francisco. A historiografia regional admite que desde a época da conquista do Sertão dos Goyazes, quando da descoberta das minas de ouro na região de Vila Boa, atual Cidade de Goiás, pelo Anhanguera II, ficara registrado em crônicas deixadas pelas diversas expedições exploradoras que transitaram por toda essa região, que nas férteis terras do Vale do Rio Paranã haveria claros sinais da presença do gado. Assim entre tropas e boiadas, se constituiu um espaço de trocas de mercadorias e de integração entre culturas, notadamente, a de paulistas e dos boiadeiros. Lugarejos longínquos como Arraial dos Couros, atual Formosa, se formaram sob a égide da cultura nordestina dos boiadeiros baianos e pernambucanos nos extensos vales do complexo hídrico drenado pelos rios Paranã e Maranhão que se conectaram a margem esquerda do Rio São Francisco.

O desafio que se coloca é o de alinhar nesses nomes (sertão, planalto e planaltino) a narrativa que dê conta dos processos sociais, históricos e antropológicos que enlaçaram realidades tão diversas como as que habitam por dentro de identidades historicamente estabelecidas como cerratenses, planaltinos, goianos, candangos e brasilienses. A nossa jovem antropologia informa que a ocupação humana da região planaltina remonta algo em torno de doze mil anos. Paulo Bertran em seu fundamental “A História da Terra e do Homem no Planalto Central”, é um que adota essa cronologia:

No atual estágio das pesquisas, 12 mil anos é a mais antiga datação da presença do homem no Brasil Central e, coincidentemente, a data final de extinção da mega-fauna na região: o megatério (uma preguiça gigante); o tigre dentes-de-sabre; ursos; o gliptodonte (um tatu gigante); o mastodonte (parecido ao elefante); o cavalo etc.²

Saltando alguns tantos milênios, alcançamos as marcas da corrida do ouro que marcou o século XVIII, a partir dos feitos do Anhanguera. Na década de 1720, é possível observar que à sombra de uma muito própria corrida do ouro, em poucas décadas, ocorre o brotamento de um formidável número de pousos, arraiais, povoados e vilas que, em função do nobre metal, pulularam neste sertão no rastro deixado pelo desejo de enriquecimento ou de aventura. Pouco tempo depois de achado, esse ouro se esgota e os novos contingentes populacionais produzem um movimento de

² BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no planalto central: eco História do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000, p.8

acomodação em torno daqueles núcleos e da já existente criação de gado, com sua agricultura prioritariamente de subsistência. Decorridas outras tantas décadas, as rotinas rurais estabilizadas em torno da sociedade hegemonicamente católica, com seus vagarosos movimentos de procissões, missas e pecados só viriam a ser abalados quando, na segunda metade do século XIX, quando a perspectiva de interiorização da capital ensaia seus primeiros passos. A memória e a história da região se modificam na forma de uma cultura de espera e de olhares voltados para o futuro. A possibilidade de participar da construção de uma cidade nova e, mais do que isso, de uma capital marcou o horizonte mental dos goianos muito antes das medidas concretas para a efetivação do art. 3º da Constituição Republicana de 1891, que previa a transferência da capital para o Planalto Central.

Mais do que a mera esperança, medidas concretas demonstram o esforço desses goianos no sentido dessa mudança. A *Informação Goyana*, por exemplo, foi uma revista que circulou em todo esse território, no período que vai de 1917 a 1935, tinha como objetivo principal difundir as riquezas e possibilidades de outro modelo de desenvolvimento a partir da centralidade do Estado em Goiás. Portanto, para a elite goiana, a ideia mudancista mais do que bem-vinda, em muitos aspectos, representava mesmo o fulcro de um projeto de redenção da condição de ser economia periférica à qual se encontravam condenados. A abordagem e os temas veiculados nas páginas d'A *Informação Goyana* redefiniam o olhar sobre a região, pois, segundo sua perspectiva editorial, apenas os goianos poderiam falar de sua região com propriedade, pois seriam também os únicos portadores de um saber legítimo e fundamentado na relação entre os homes e a sua terra, algo próximo a uma pátria goiana. A referência à ideia de pátria, enquanto lugar de nascimento, indicava a frágil inserção dessa região nos eixos econômicos e políticos da nação brasileira. A República recém-proclamada em bases federativas ainda carecia de qualquer experiência que permitisse o funcionamento dos procedimentos do novo regime e, por isso mesmo, abria lacunas onde vicejavam promessas de futuros promissores, mas que insistentemente tardavam a alcançar o sertão goiano. Tal demora pode ser percebida na lentidão bovina com que os dormentes ferroviários eram assentados no chão goiano.

Em que pese o ritmo lento das mudanças, são palpáveis as ações dessa elite política, que desenvolvia uma inédita capacidade de articular um projeto de desenvolvimento regional e de romper com o tom de lamento que veio maculando sua autoimagem, desde a propalada crise do ouro – no passado. Nessa direção, é possível relativizar outro estigma, o do isolamento da região. A elite goiana participa do cenário de uma nação em construção no intuito de incluir sua gente e seu território no conjunto da nação brasileira, partilhando dos mesmos desafios políticos enfrentados pelo regime imperial no decorrer do século XIX. A elite regional cedo se esmera nesta estratégia de

aceitação das alterações políticas emanadas do centro, sem perder de vista os seus próprios interesses.

Outro exemplo a ser destacado atém-se ao empreendimento do Comendador Joaquim Alves de Oliveira, que em 1830, na cidade de Pirenópolis, foi responsável pela criação do jornal *A matutina Meiapontense*. Em um período tão conturbado, quis o comendador situar o olhar da região em meio ao tumulto dos acontecimentos definidores da ordem nacional. No adiantado do século XIX, ciente da necessidade de uma visão temporal de maior alcance, Alencastre se esmerou em creditar ao regime colonial a razão do empobrecimento da região, sem adentrar no tempo em que a região se tornou independente.³ Assim, a lamentável narrativa acerca da decadência se refere, especialmente, ao período de domínio colonial, cuja herança ainda se fazia presente na região. Memória formada em torno do colapso da atividade mineradora que vai se constituindo em uma necessidade de expiação do passado. Aquele que inscreve a percepção de um tempo contraditório, pois aguarda e resiste ao moderno.

A interiorização da capital ainda se apresentava como proposição utópica, no entanto a elite goiana mobilizou amplos recursos políticos para reafirmar a interiorização da capital como prioridade. Restava preparar o terreno para que o destino se cumprisse, pois, as determinações da geografia e da geopolítica, na perspectiva do major Henrique Silva – um dos luminares d'A Informação Goiana – exigiriam, cedo ou tarde, a transferência da capital para o coração do Brasil.⁴ A perspectiva da existência da nova capital mobilizou a imaginação dos goianos, inclusive motivou um movimento especulativo de vendas de terras muito antes da mudança da capital.⁵

Outro aspecto na trajetória desta ideia acontece em 1922. Pelas comemorações do Centenário da independência, Goiás participa da exposição nacional⁶. Um dos objetivos da grande exposição visava montar um painel das riquezas do país. O Rio de Janeiro de então era visto como uma cidade essencialmente cosmopolita e para lá se dirigiram as delegações de diversos estados brasileiros com o objetivo de expor produtos que expressassem, claramente, o sentimento local e nacional. Por parte da delegação goiana, o escritor Hugo de Carvalho Ramos expressou o sentimento regional que grassava no mundo sertanejo em relação ao Rio de Janeiro:

Tudo num conjunto harmônico, que traga para o paladar carioca, enfaradíssimo de exotismo e anêmicas enxertias europeias, o sabor

3 ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Annaes da Província de Goyaz-1863*. Brasília: Sudeco, 1979.

4 Para efetivar a mudança da capital, a elite goiana apoiou a demarcação das terras pela missão Cruls em 1892, apressou, em 1955, o processo de desapropriação das terras goianas e especulou com a venda de terrenos, antes mesmo que Juscelino Kubitschek se comprometesse com a construção de Brasília.

5 A interiorização da capital carrega as marcas de uma memória cumulativa que alcança o século XVIII. Entretanto, a efetivação da ideia é uma decorrência da ação política dos goianos que se mobilizaram para apoiar a criação do Distrito Federal. MAGALHÃES, Luís Ricardo. *A utopia do centro*. Mestrado em História. Goiânia: UFG, 2004.

6 SANDES, Noé Freire. *A invenção da nação entre a monarquia e a república*. Goiânia: UFG, 2011.

sadio de um mergulho jovial nas matrizes profundíssimas da nossa nacionalidade, consolidando o instinto ancestral de coesão étnica na comunhão de três fatores da raça, – instinto esse completamente amortecido e quase apagado de toda esta faixa litorânea⁷

O que temos aí é a estratégia de acentuar a superficialidade do exotismo carioca face o sentido profundo da nacionalidade que, segundo essa ótica, estaria na comunhão das raças e, certamente, na diminuição das distâncias entre os brasileiros, reforçando a necessidade de mudança da capital para a região central do país. Ainda como parte das celebrações do Centenário da Independência, por iniciativa do deputado goiano Americano do Brasil, se ergueu um monumento que foi efetivamente inaugurado em 07 de setembro de 1922 - a Pedra Fundamental da Futura Capital Federal. Monumento localizado no morro do Centenário, na cidade de Planaltina, foi o marco inicial do território da futura capital no planalto central, reafirmando os estudos e conclusões de Luís Cruls, realizados 30 anos antes. Esse sítio assumia então a forma de um quadrilátero que abrangia as nascentes de rios tributários de três das maiores bacias hidrográficas nacionais: Amazonas, S. Francisco e Paraná.

Voltemos às palavras, Planalto, sabemos por meio de uma simples consulta ao dicionário Aurélio, possui sinônimos em palavras como achada, planura, lhanura, altiplano, chapada, platô, rechã, rechão, araxari, araxá, chã, tabuleiro e, traz da própria origem léxica duas outras palavras, plano e alto. Por causa da fisionomia geográfica do território demarcado (lugar central, plano e alto), em muitos projetos de fundação da nação brasileira, como de fato acontecera, fora consensual a compreensão de que representaria o ponto de partida para a reinvenção nacional, pois estando protegido pelo território imenso, seria também portador de ares ditos “mais finos”, guardando assim alguma proximidade com o clima existente no sul da Europa, algo perseguido pelos planejadores de então e, também, por ser plano, facilitador das artes da construção civil.

Resultado de longa elaboração a determinação desse lugar lança a reflexão para uma tradição intelectual consistente. No **centro** do Brasil, existia esse **plano** e **alto** bastante para a idealizada utopia de uma nação que, pensavam, teria um renascer a partir daquela identificação com seu verdadeiro coração – a nova capital. Por décadas, gerações de pensadores interessados na fundação desse país-novo, partidários de uma corrente de pensamento romântica, típica do século XIX, defenderam a ideia de que a própria “providência divina” já teria colocado no centro do território brasileiro esse lugar sem igual. O único capaz de abrigar o embrião da pátria pensada – o Brasil moderno.

⁷ RAMOS, Hugo de Carvalho. Obras completas. São Paulo: Panorama, v. II, 1958, p.126.

Adolfo de Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro, foi um desses. No decorrer de uma vida aristocrática e intelectual de estirpe prussiana, nascido em Sorocaba, dirigiu enorme esforço acadêmico na sistematização da tese indicadora da existência desse lugar no centro do Planalto Central. Para ele, ali estaria a situação ideal para iniciar a grande obra. Este sítio estaria então delimitado pela poligonal triangular que une em seus vértices três lagoas, a Feia, a Formosa e a Mestre D'armas, onde um chapadão (batizado, depois, de Chapadão do Porto Seguro) ofereceria a melhor condição para erguer-se uma nova cidade, chamada Imperatória, capaz de reinventar o Brasil, daquela feita, em bases modernas.

Varnhagen foi historiador, diplomata e interessou-se por documentos e mapas. Passou grande parte de sua vida atolado em arquivos europeus à cata de minuciosas informações. Os mapas que dirigiram seu pensamento e anotações o demonstram, revelam-nos esse estudioso dedicado a uma utopia. E a elabora a partir de um achado: no ponto onde se encontra a junção das três bacias hidrográficas famosas ou *concas d'água*, como ele as denominava. No centro do centro, haveria esse lugar. Além de carregarem elementos simbólicos (muito ao gosto dos românticos), as águas, as lagoas e as nascentes davam a certeza do grande achado: o ponto exato onde se encontram importantes rios das bacias: a do São Francisco, através do córrego do Registro, cuja nascente encontra-se ao lado da rodoviária de Formosa, e forma o Rio Preto, famoso por juntar-se ao roseano Urucuiá, descambando águas para Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas; a Bacia do complexo Araguaia-Tocantins, que em parte pode ser concebida como tendo origem na lagoa Formosa, base formadora do Rio Maranhão, nos espaldares da popular Brasilinha (Planaltina-GO); e a do Prata, que desse mesmo ponto de vista, derivaria da Lagoa Bonita, ou Mestre D'Armas, distante meros cinco km de Planaltina-DF. Temos aí o sistema do qual os mudancistas comandados pelos mapas e pela escrita de Varnhagen extraíam suas convicções, entre elas, a de ser aquela uma situação ideal e única, pois se verte generosas águas em direções diametralmente opostas para a maior parte do território brasileiro, este lugar funcionaria como base para o cumprimento de um destino: o de elevar-se o Brasil ao patamar das grandes nações mundiais, tudo isso, reinventando-se a partir de seu centro hídrico.

Assim, quando da sua institucionalização, o futuro Distrito Federal incorporaria terras e águas de três municípios goianos: Formosa, Planaltina e Luziânia. Em 1877, o diplomata e historiador esteve pessoalmente no Planalto Central em missão para averiguar as condições ideais para a mudança da capital. Ao hospedar-se na Vila Formosa da Imperatriz, sua imperial presença muda inclusive o status do povoado que foi elevado à condição de vila nesse mesmo ano, não por acaso no dia 07 de setembro. Certamente a passagem de Varnhagen pela vila motivou não só sua elevação à cidade, mas também o projeto de alteração dos nomes das ruas da pequena vila: a praça do imperador e a rua Visconde de Porto Seguro aludem a presença do império e, por

consequência, a de Varnhagen naquelas paragens. A mudança de designação dos nomes das ruas aproximava, simbolicamente o litoral e o sertão. A imagem do imperador tão pouco conhecida no sertão goiano ganhava também alguma familiaridade entre os transeuntes da Formosa da Imperatriz que desde 1843 ostentava a categoria de vila, adotando o nome da imperatriz em homenagem a D. Tereza Cristina.

Para os mudancistas, desde a aventura de Varnhagen, não havia mais enganos: tudo ali era simbólico e mítico. As águas, como elemento vital a simbolizar a própria vida; as nascentes, como oportunidade de geração ou, como indica o nome, de nascimento do novo; os rios, mais do que tudo, a indicar o fluxo da vida levando seus elementos; o centro do País, como possível sede (ou coração) de um poder que emana e se espalha aos três cantos; o número três, que dentro de uma visão clássica, marcaria a inserção da nação no mundo real, pois os anteriores, os números um e dois seriam, nesta perspectiva, meras abstrações. Tudo muito acertado e motivador. Como se a Providência Divina estivesse mesmo a indicar o lugar. Como afirmara Varnhagen em relação ao Brasil sonhado, e, depois, tantos outros mudancistas,

A missão que a Providência parece ter-lhe reservado, fazendo a um tempo dela partir águas para os três rios maiores do Brasil e da América do sul, Amazonas, Prata e São Francisco, e constituindo, assim por dizer, o núcleo que reúne entre si as três grandes concas ou bacias fluviais do Império.⁸ (

Ao juntar as noções de planura e altura com o regime das chuvas típico do Sertão Planaltino, onde se observa a alternância entre as estações das chuvas e das secas, voltamos a atenção para outro conceito associado à essa região: “O Berço das Águas” brasileiro. Como de fato é recorrentemente afirmado. Característica que a geografia do lugar indica. Não é à toa a existência nessa região de um fenômeno natural único batizado com o nome “Águas Emendadas”. No centro do centro do Brasil existe de fato este lugar especial - uma nascente da qual derivam águas para duas regiões distintas do continente. Para o norte, através o córrego Vereda Grande despeja elementos no rio Maranhão, tomando o rumo do estuário amazônico, onde está a exuberante Belém do Pará. Daquela mesma frágil nascente, rumo ao sul, o córrego Fumal carrega notícias que vão ter na sofisticada Buenos Aires dos argentinos. Água, sempre o mesmo elemento vital a presidir a narrativa.

Simplificando a fisionomia do território brasileiro, é possível associá-la esquematicamente a um imenso guarda-chuva no qual o Planalto Central funcionaria como cume e centro. Desse modo, através do regime das chuvas, haveria a distribuição das águas através das bacias hidrográficas anteriormente mencionadas em quase todo

⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Carta de Formosa. In: A Questão da Capital: Marítima ou Interior? (edição fac-similar) Viena D'Áustria. Imp. Do Filho de Carlos Gerold, 1877.

o território brasileiro, de modo que, do ponto de vista simbólico, haveria a possibilidade de estabelecer-se alguma relação entre os nomes que viemos relacionando até aqui e a importância fulcral da água, e de seus correlatos, o regime das chuvas e a malha hidrográfica regional, na configuração de um projeto de reinvenção da nação em bases tipicamente femininas.

Avançando mais, achamos o berço das águas! A interiorização da capital, portanto, é parte de uma trajetória utópica partilhada por intelectuais nacionais de diversas filiações e não apenas pelos goianos, pois se tratava da ocupação de um território com imensa densidade simbólica: o coração da nação. Nessa perspectiva, a nova capital representaria a afirmação de uma nacionalidade assentada não apenas no domínio do território, mas também na ótica de encurtarem-se as distâncias entre o sertão e o centro, reafirmando também o sentimento de união entre todos os brasileiros. Saltar para frente, eis a questão.

No desenvolvimento desse processo a mudança política ocorrida em 1930 representou um retrocesso. Vargas tinha outros planos adentrando o interior com a Marcha para o Oeste. Após o interregno varguista, os anos de 1950 apresentam novos desafios, em meio ao esgotamento do modelo econômico e político existente restava uma aposta ousada: a mudança da capital. E o previsto aconteceu. Em uma manhã de agosto de 1956, pousa com pompa e honra em solo planaltino o emissário do futuro, o Presidente JK. A riqueza histórica daquele momento ficou registrada em atas, fotografias e memórias que dizem respeito ao encontro entre os elementos de uma burocracia citadina, recém instalada no controle do Estado nacional, com os interesses daqueles planaltinos. No flash que paralisou o ano de 1956, é possível identificar o bandeirante moderno em Juscelino Kubitschek que, juntamente com uma trupe de burocratas e políticos são recebidos no terreiro da Fazenda Gama pela família de Zenaide Barbosa, uma jovem de pouco mais de 16 anos de idade. Nas comemorações dos 50 anos de Brasília o portal G1 traz a imagem de Zenaide Barbosa servindo um café para o presidente JK. Em torno de um prosaico cafezinho de coador e bule, novos nomes se contorcem em busca de seu lugar na história. Gama, Zenaide, JK, Bernardo Sayão, bule, roça, fazenda, Vera Cruz (ou Brasília), Ernesto Silva, Juca Ludovico e tantos outros. Enfim, o sertão foi domado!

Algum tempo depois, em 1960, preocupado em ocupar um lugar na memória nacional, JK reencena a passagem de quatro anos atrás. Celebrava-se a inauguração da cidade modernista. Dona Zenaide, convidada ilustre do presidente, repete o gesto corriqueiro de servir café aos chegantes.



Em reportagem do Portal G1, de 19/4/2010, é informado que Zenaide jamais voltaria a encontrar-se com JK e, também, não alcançaria nenhuma inserção no universo da política. Restara-lhe, contudo, a nobreza popular de ter constituído família em Taguatinga, cidade localizada na região metropolitana de Brasília, ocupando seus dias com o trabalho de doméstica em casa de gente de classe média. Atividade da qual teria afirmado garantir-lhe todo o necessário para viver dignamente. “Nunca me faltou nada e também nada me sobra”, declarava como geralmente é repetido por muitos pioneiros candangos da construção de Brasília.⁹

Desse modo, nosso sistema começa a definir um percurso em torno de nomes: Planaltina, mulher, planalto, nascente, água, centro e região. O desenrolar dessa história e a presença de Zenaide alimentam aquela intuição de que haveria uma força feminina arquetípica a comandar todo o processo da mudança da capital. E a narrativa começa a tomar outro formato com a constatação de que na estruturação da cidade, a

⁹ Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/nos-50-anos-de-brasilia-pioneiros-relembra-construcao-da-cidade.html>. Consultado em 25/10/2016

narrativa também teria um possível ponto de encontro na Fazenda Gama. Se Zenaide é planaltina, pois mulher típica do Sertão Planaltino, como seria também, por analogia, o homem desse Sertão. Mas, em via contrária, o que fora previsto e anunciado por Juscelino Kubitschek também se inscreve como representação de Brasília e deixa à margem essa história com seus nomes, acontecimentos e utopias.

Planalto Central, o “O Berço das Águas”

Centrando melhor a ideia na inclinação feminina, resgatamos a palavra berço que, apesar de ser um substantivo masculino, insurge contra essa determinação e se nos apresenta prenhe de significados femininos. Vejamos alguns, também retirados do Dicionário Aurélio – lugar de nascimento de alguém; pátria; a primeira infância; lugar de origem de alguma coisa; armação de madeira sobre a qual se assenta a embarcação a fim de ser lançada ao mar. Todos esses sentidos irrigados de elementos maternais do cuidar de, da criação, da gestação, ou do nascimento; ou assumindo a forma de um ponto de apoio, a base para o lançar-se em missão. Todos arquetipicamente maternais e femininos.

No presente caso, ao costurar as palavras em um pretense esquema que dê conta de tais inquietações, apostamos na possibilidade de elaboração narrativa por meio desse encadeamento feminino, pois se berço evoca o nascimento, este remete ao útero, fixando no próprio território a identidade de o ser e o dizer-se mulher - planaltina. Então, localizando as palavras, evocamos a mulher do Sertão Planaltino, uma planaltina legítima, a mulher capaz de contar-nos histórias de veredas frescas e de nascentes nas quais buritizeiros doam generosos frutos para araras e capivaras, mulher conhecedora de samambaias refestelando-se em águas cristalinas, recém-nascidas. Sertão Planaltino, nascentes, berço, útero e as águas, colcha de retalhos.

Da história, pinçamos outras palavras. Aquelas que trazem à tona novos elementos: ouro, Sabarabuçu, Paitity, planaltina. Outra vez, os nomes sussurram histórias de uma nação embrião. Estaria, então, este berço no Planalto a acalantar inomináveis riquezas a embalar interesses de gerações de exploradores? O berço do ouro, escondido sob o nome Sabarabuçu. O berço das águas, agitando no interior de palavras mágicas como Eupana ou Paitity. Planaltina, a mulher arquetípica do Sertão. A mãe, a avó, a tia, a água, a umidade, a nascente, a receptiva, a geradora, a mão acolhedora. O feminino que procria, gera e dá à luz.

Mina d'ouro



“Americae Pars Meridionalis”, mapa elaborado por Johannes Janssonius 1636.

Nos primórdios da colonização do Brasil, acontecera um encontro inusitado e fecundo. Em viagem à Europa, D. Francisco de Souza, um destacado membro da nobreza palaciana de Portugal entra em contato com o senhor de engenho da Bahia, Gabriel Soares de Souza. Dessa relação surge a expedição na qual o próprio Soares de Souza perde a própria vida na busca de lendárias riquezas interioranas. Acontece que das acomodações culturais e aclimações operadas entre índios e portugueses, confabulam-se miríades de interpretações relativas à existência de uma montanha de ouro, de um lago dourado imenso e de uma crista chispante de verdes esmeraldas. Tudo isso no interior desconhecido do Brasil.

Conforme o relato Paulo Bertran, este lugar seria sem igual e portador de riquezas muito superiores àquelas encontradas pelos espanhóis no México e no Peru:

Era Sabarabuçu. O sol da Terra dos indígenas, que dela deram notícia ao governador Tomé de Souza em 1549. A Serra Resplandecente, imaginada pelo português quinhentista como uma montanha de ouro perdida no interior profundo do Brasil, coroada por uma crista rochosa de esmeraldas, talvez às cabeceiras do rio de São Francisco, já então bastante conhecido até o sertão baiano. D. Francisco envia Gabriel Soares à sua busca, na qual este falece no seguinte ano de 1592.¹⁰

Do desejo de enriquecimento, somado ao espírito aventureiro herdado dos navegantes descobridores, veio a coragem. Coragem de embrenhar-se sertão adentro

10 BERTRAN, Paulo. As primeiras descobertas dos cerrados centrais. Revista Humanidades, v.8, n. 2, Brasília: EdunB, 1992, p. 232. Disponível em: <http://cerratense.com.br/arquivospdf/Paulo%20Bertran%20-%20Revista%20Humanidades.pdf> Acesso: 19/07/2016.

em busca de nosso Eldorado. E o mito põe-se de pé outra vez, iniciando o novo ciclo descobridor. Haveria nele a certeza de acharem riquezas incomensuráveis. Mapas da época atestam tal convicção. Na prancha de 1636, elaborada por Johannes Janssonius, vemos a Ilha Brasil e o Lago Dourado, dando origem às bacias brasileiras. No imaginário brasileiro, desde os quinhentos, no centro do país continente, haveria esse lago dourado, ladeado pela serra resplandecente, onde caciques cobriam suas moradas com telhados de puro ouro. Nossa Sabarabuçu! Nossa Brasília!

No repertório da memória da interiorização da capital juntamos esses nomes e detectamos outras presenças. Em seu interior, ainda há uma Fazenda do Gama, na qual Zenaide continua recebendo JK com um prosaico cafezinho de bule e coador de pano. Zenaide, a mulher planaltina, representa outras histórias, aquelas que ficaram encobertas pela imagem do presidente bossa-nova. Assim a memória da nova capital estaria sendo filtrada de suas impurezas. O presidente JK, ao anunciar a construção de Brasília, afirma que o ermo seria o princípio de tudo. A capital inaugura a história, outrora restava o vazio, o deserto, o nada. Redescobrir Zenaide, e sua memória, é retomar o fio de uma memória cumulativa que, muitas vezes, se opõe à memória funcional que reduz a história da região à simples construção da nova capital, aventura épica de Juscelino Kubitschek.¹¹ A memória funcional ativa o gesto heroico do presidente, em sua ânsia de acelerar o tempo, sob o lema “50 anos em 5”. Aliás, cinco anos era também o tempo mínimo que define o pertencimento do cidadão ao tempo da cidade nova, um dos principais critérios para a distribuição de lotes na nova capital¹². A memória cumulativa aposta no inverso, a utopia da nova capital foi alimentada por quase dois séculos. No confronto entre os dois tempos, percebe-se que o primeiro, a memória funcional, cede ao sentido utilitário do presente ao negar a presença goiana no processo de mudança da capital, enquanto o segundo, a memória cumulativa, aponta para um tempo distante em que se avivava a presença do território e da cultura goiana.

Na forma de um apêndice, é preciso dizer que o presidente aventureiro também cuidou de sistematizar referências desse tempo longo da sonhada capital - a *Coleção Brasília*, obra que reúne uma vasta quantidade de documentos acerca dessa memória. A Coleção foi um empreendimento capitaneado pelo Itamaraty com o apoio do Serviço de Documentação da Presidência da República, em 1960, como parte dos festejos comemorativos da inauguração da nova capital. Os dezoito volumes de documentação reúnem um vasto repertório de fontes acerca do desenvolvimento da ideia de interiorização da capital, além de uma síntese dos acontecimentos que concorreram para a transferência da capital e, por fim, o registro de opiniões de personalidades

11 ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação. Formas e transformação da memória cultura. Campinas: Unicamp, 2011.

12 BORGES, Antonádia Monteiro. A fórmula do tempo. Notas etnográficas sobre o tempo de Brasília. In: TEIXEIRA, Carla Costa e CHAVES, Christine Alencar. Espaços e tempos da política. Rio de Janeiro: Delume Dumará, 2004, p.28.

brasileiras de todas as tendências acerca da construção de Brasília¹³. Certamente, Juscelino Kubitschek ao apoiar a publicação da *Coleção Brasília*, reforçava o sentido heroico do seu gesto de aceleração do tempo que deveria ser registrado como o ponto de partida da história da nova capital. Brasília assume ares de cidade-monumento, construída no ermo sem inserção alguma no solo e na cultura goiana. A proximidade entre Goiânia e Brasília acelerou o fluxo dos negócios com a abertura de oportunidades para os goianos, sem que se estabelecessem trocas culturais significativas entre as duas cidades entre as décadas de 1960 e 1970. Nessa direção, o comentário de Ernesto Silva, diretor da Novacap, é esclarecedor: “Dois motivos levaram Brasília ao Planalto Central: a tradição de um sonho secular de uma capital no centro demográfico do país e o subdesenvolvimento da região escolhida.”¹⁴ A referência ao sonho secular apaga as marcas da ação política das lideranças goianas em prol da interiorização da capital. Por outro lado, a menção ao subdesenvolvimento do Planalto Central obscurece, com base em um registro negativo, a ação dos homens comuns, goianos ou planaltinos, que acompanhavam a profunda mudança que se operava no território goiano.

O tempo do “subdesenvolvimento” ficou à margem da história triunfante edificada pelo presidente Juscelino Kubitschek. Mas não houve esquecimento, apenas uma gestão do passado interessada em edificar a imagem pública do presidente JK colada ao seu projeto desenvolvimentista. A cidade monumento mobiliza o passado distante e esconjura a presença dos goianos no projeto de interiorização da capital. Choay observa que os monumentos possuem um caráter propedêutico em relação à sociedade porque, por meio da observação dos princípios que moveram os homens do passado, idealizados em determinados símbolos, os homens do presente são emocionalmente tocados e mobilizados. O monumento pode, portanto, adquirir um valor orientador à sociedade porque funciona como negociador entre o passado e o presente.¹⁵

Brasília, a cidade monumento, cria seu próprio passado em um tempo distante, quase mítico. O “tempo do subdesenvolvimento” não cabe na imagem da nova capital. Goiás parece muito distante da moderna cidade que rejeita a cultura que a antecedeu, marcadamente rural. Certamente, daí resulta a observação de Clarice Lispector: “Brasília é construída na linha do horizonte. Brasília é artificial”.¹⁶ Talvez, o sentimento de distância e de rejeição tenha motivado a interrupção de muitas festas religiosas. A Folia do Divino no sertão goiano ficou marcada por essa atitude resignada de uma cultura de dissimulação frente aos dirigentes da nova capital. Essa interrupção foi

13 ARRAIS, Cristiano P. Alencar. Um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Tese (Doutorado): UFMG, Belo Horizonte, 2004, p. 121.

14 SILVA, Ernesto. História de Brasília. Brasília: INL, 1971, p.12

15 CHOAY, François. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

16 LISPECTOR, Clarice. Brasília. In: MOSER, Benjamin (org.). Todos os contos. Rio de Janeiro: Rocco, 2016, p. 591.

constatada no período entre 1957 e 1969 em Pirenópolis, conforme atesta Mônica Martins da Silva¹⁷. Entretanto, assim como aconteceu com a memória da interiorização da capital, esses fazeres não foram totalmente apagados, pois o registro da ação dos homens e mulheres que viveram na região, especialmente no Sertão Planaltino, se incorporaram à memória cumulativa. As marcas do passado podem ser encontradas tanto em nomes de ruas, ou na presença de uma relíquia, um barômetro doado pelo Visconde de Porto Seguro aos moradores da Vila Formosa da Imperatriz, prova do zelo com o qual os goianos guardaram a relíquia que hoje se encontra no Memorial JK, no centro da capital moderna. O Memorial guarda o corpo e os objetos biográficos do ex-presidente, a exemplo da faixa presidencial, fragmento da imagem pública do construtor de Brasília. No entanto, a presença desse objeto estranho, o barômetro doado pelo Visconde é um claro indício da presença de um passado que subsiste e resiste em se atualizar.

E voltamos ao pó retido no coador de café que, sob a ótica do triunfo, não tem serventia. Mas, se a pergunta persiste e retorna: não seria possível que encontrar no pretense nada ou ermo o novelo por onde os fios, com nomes, cores e acontecimentos (os mesmos que quedaram ofuscados sob a sombra da cultura de dissimulação) viriam alimentar tão melhores ou mais significativas fontes do que o que se tem no olhar oficial? Enfim, não estaria nos nomes preservados pela memória cumulativa uma nova possibilidade de refletir sobre a História de Brasília? Tal percepção se encontra no poema de Gilberto Mendonça Teles que percebe no espaço de Brasília a presença de Goiás:

Eu de Brasília guardo este lote
de lembranças e alguns voos cegos:
uma curva especial da asa norte
e, da asa sul, os mil e um projetos
arquivados. Mas guardo o silêncio
dessas campinas e dos gerais.
Toda espessura do céu imenso
Não de Brasília, do meu Goiás.
[...]
Voando baixo pela cidade
vou-me enterrando de asas abertas
canelas-de-ema por toda parte,
um riacho fundo, um torto, pedras
eis distrito – simples quadrado,
siglas, veredas, buritizais.

17 Silva, Mônica Martins. Festa do Divino. Romanização, Patrimônio e Tradição em Pirenópolis (1890-1988). Mestrado em História, Goiânia: UFG, 2000.

Um mapa cheio de carrapatos,
coceira viva do meu Goiás.¹⁸

Aqui retomamos o filtro, o pó que permaneceu no coador com o qual Zenaide preparava o café. Aí encontramos ásperas rugosidades e linhas de outros tempos e outros atores, mas que carregam o potencial de repor o sentido da identidade plural e generosa de pertencimento, a mesma que fora negada aos planaltinos com a construção de Brasília. O tempo da nova capital, de algum modo, sequestrou a memória dos planaltinos que sonharam e lutaram pela construção da cidade. Esse passado foi condenado ao silêncio, mas persiste como memória entre homens e mulheres de Goiás e do Sertão Planaltino.

Artigo recebido em 05 de novembro de 2016.

Aprovado em 27 de janeiro de 2017

¹⁸ TELES, Gilberto Medonça. Sociologia goiana. São Paulo: Civilização Brasileira, 1982, p.81-82.